

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E
RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES

CTRC - CONCESSIONÁRIA DO TERMINAL
RODOVIÁRIO DE CAMPINAS S.A.

31 DE DEZEMBRO 2024

CTRC - CONCESSIONÁRIA DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE CAMPINAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração do resultado

Quadro 3 – Demonstração dos resultados abrangentes

Quadro 4 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 5 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e administradores da
CTRC - CONCESSIONÁRIA DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE CAMPINAS S.A
São Paulo - SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da **CTRC - CONCESSIONÁRIA DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE CAMPINAS S.A** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CTRC - CONCESSIONÁRIA DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE CAMPINAS S.A** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1, determinados valores correspondentes, referentes aos exercícios anteriores, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo e apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2025.

Vac Auditores Independentes
CRC 2SP027296/O-2



Ricardo José Patine Filho
Sócio
CRC 1SP252050/O-9



Ricardo Augusto de Souza
Diretor
CRC 1SP258186/O-4

QUADRO 1

CTRC CONCESSIONÁRIA DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE CAMPINAS S.A.

Balanços patrimoniais

Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota	2024	2023 (reapresentado)	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2024	2023 (reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.985	717	Empréstimos e financiamentos	8	4.444	4.444
Contas a receber	6	1.035	891	Compromissos com poder concedente	-	56	53
Tributos a recuperar	-	1	-	Fornecedores	9	156	388
Outros ativos	-	143	79	Salários e encargos a recolher	10	553	533
		4.164	1.687	Tributos e contribuições a recolher	11	1.878	1.781
				Outras contas a pagar	-	10	10
						7.097	7.209
Não circulante				Não circulante			
Partes relacionadas	12	-	3.108	Empréstimos e financiamentos	8	7.906	12.360
Títulos e valores mobiliários	-	268	142	Provisão para contingências	13	140	359
Intangível líquido	7	21.451	22.373	Tributos e contribuições a recolher	11	731	1.453
Contas a receber	6	64	-	Dividendos a pagar	14	1.036	-
		21.783	25.623	Outras contas a pagar	-	79	79
						9.892	14.251
				Patrimônio Líquido			
				Capital social	14	4.875	4.875
				Reservas de lucros		4.083	975
						8.958	5.850
Total do ativo		25.947	27.310	Total do passivo e patrimônio líquido		25.947	27.310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2

CTRC CONCESSIONÁRIA DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE CAMPINAS S.A.

Demonstrações dos resultados

Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u> (reapresentado)
Receita operacional líquida	16	25.633	24.123
Custos dos serviços prestados	17	<u>(10.018)</u>	<u>(10.264)</u>
Lucro bruto		<u>15.615</u>	<u>13.859</u>
Despesas e receitas			
Despesas administrativas e gerais	18	303	314
Outras receitas e (despesas)		<u>1</u>	<u>(643)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		<u>15.919</u>	<u>13.530</u>
Receitas financeiras	19	150	95
Despesas financeiras	19	<u>(2.468)</u>	<u>(3.925)</u>
Resultado financeiro		<u>(2.318)</u>	<u>(3.830)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>13.601</u>	<u>9.700</u>
Irpj e csll	15	(3.049)	(2.832)
Lucro líquido do exercício		<u>10.552</u>	<u>6.868</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

CTRC CONCESSIONÁRIA DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE CAMPINAS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	<u>10.552</u>	<u>6.868</u>
Resultado abrangente total	<u>10.552</u>	<u>6.868</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4

CTRC CONCESSIONÁRIA DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE CAMPINAS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de Lucros		Total
		Reserva Legal	Retenção de Lucros	
Em 31 de dezembro de 2022	4.875	975	-	5.850
Resultado do exercício	-	-	6.868	6.868
Distribuição de dividendos	-	-	(6.868)	(6.868)
Em 31 de dezembro de 2023	4.875	975	-	5.850
Resultado do exercício	-	-	10.552	10.552
Distribuição de dividendos	-	-	(6.408)	(6.408)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(1.036)	(1.036)
Em 31 de dezembro de 2024	4.875	975	3.108	8.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5

CTRC CONCESSIONÁRIA DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE CAMPINAS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Fintos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2024</u>	<u>2023</u> (reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.601	9.700
Ajustes por		
Amortização	1.746	1.697
Juros sobre empréstimos	2.013	3.557
Provisões para demandas judiciais	(219)	68
Provisão/ reversão para perdas de créditos considerados incobráveis	(89)	387
	<u>17.052</u>	<u>15.409</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) / Diminuição dos ativos		
Aumento (redução) em contas a receber	(119)	(565)
Aumento (redução) tributos a recuperar	(1)	-
Aumento (redução) em outros ativos	(64)	2
Aumento (redução) em dividendos	(3.300)	-
Aumento (redução) em títulos e valores mobiliários	(126)	(123)
(Aumento) / Diminuição dos passivos		
Aumento (redução) em fornecedores	(232)	(64)
Aumento (redução) em salários e encargos	20	25
Aumento (redução) em tributos e contribuições sociais	(663)	(524)
Aumento (redução) em compromissos com poder concedente	6	7
Aumento (redução) em outras contas a pagar	-	(2)
Aumento (redução) em partes relacionadas	(3)	-
Imposto de renda e contribuição social	(3.011)	(2.731)
Caixa gerado/usado das atividades operacionais	<u>9.559</u>	<u>11.434</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisicao de ativo intangível	(824)	(665)
Caixa proveniente (aplicado) das atividades de investimentos	<u>(824)</u>	<u>(665)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Juros Pagos	(2.023)	(3.557)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(4.444)	(9.214)
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamento	<u>(6.467)</u>	<u>(12.771)</u>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>2.268</u>	<u>(2.002)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no inicio	717	2.719
Caixa e equivalentes de caixa no final	2.985	717
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalente de caixa	<u>2.268</u>	<u>(2.002)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CTRC – CONCESSIONÁRIA DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE CAMPINAS S.A (“CTRC” ou “Companhia”) foi constituída em 08 de fevereiro de 2007, com sede na Rua Dr. Pereira Lima 000, Terminal Rodoviário na cidade de Campinas no estado de São Paulo, com o objetivo social de explorar sob regime de concessão, os serviços públicos de operação, administração, manutenção, conservação e comercial do terminal rodoviário de Campinas no Estado de São Paulo.

A Empresa pertence às Sociedades L.I.V. Participações e Empreendimentos Ltda. com sede na cidade de São Paulo no Estado de São Paulo, Carlos de Moraes Toledo Participações Ltda. com sede na cidade de São Paulo no Estado de São Paulo e a Socicam Administração, Projetos e Representações Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

Os serviços contratados pela Prefeitura Municipal de Campinas através do contrato número 13/2007 assinado em 27 de fevereiro de 2007, em conformidade com as condições estabelecidas no Edital de concorrência Pública número 037/2006, são por outorga de concessão a título oneroso. O prazo de concessão é de 30 anos, a partir da data de assinatura do referido contrato de concessão.

A Companhia deu início às suas atividades operacionais em 1º de julho de 2008.

A Companhia possui suporte financeiro das acionistas L.I.V. Participações e Empreendimentos Ltda., Carlos de Moraes Toledo Participações Ltda. e Socicam Administração, Projetos e Representações Ltda., caso necessite de um eventual aporte financeiro para honrar com as parcelas das dívidas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 24 de março de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no seu custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

e) Julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 – Reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 7 – Definição de vida útil do ativo intangível; e
- Nota explicativa nº 13 – Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências e principais premissas sobre a probabilidade de magnitude de saída de recursos.

2.1 Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo reapresentadas, de forma espontânea, em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, de modo a refletir no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, pois a Companhia realizou determinadas mudanças em classificações de rubricas contábeis para atendimento aos padrões de consolidação do Grupo Socicam.

	31/12/2023		
	Originalmente apresentado	Reapresentado	Efeito
ATIVO			
<i>Ativo circulante</i>			
Adiantamentos	16	-	16
Despesas antecipadas	63	-	63
Outros ativos	-	79	(79)
Efeito total	79	79	-

	31/12/2023		
	Originalmente apresentado	Reapresentado	Efeito
PASSIVO			
<i>Passivo circulante</i>			
Fornecedores	441	388	53
Compromissos com poder concedente	-	53	(53)
Obrigações trabalhistas e sociais	533	-	533
Salários e encargos a recolher	-	533	(533)
Obrigações Fiscais	212	-	212
Parcelamentos de impostos	807	-	807
Imposto de renda e contribuição social	762	-	762
Tributos e contribuições a recolher	-	1.781	(1.781)
Adiantamento de clientes	10	-	10
Outras contas a pagar	-	10	(10)
Efeito total	2.765	2.765	-
<i>Passivo não circulante</i>			
Parcelamentos de impostos	1.453	-	1.453
Tributos e contribuições a recolher	-	1.453	(1.453)
Outros débitos	79	-	79
Outras contas a pagar	-	79	(79)
Efeito total	1.532	1.532	-

	31/12/2023		
	Originalmente apresentado	Reapresentado	Efeito
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Custos dos serviços prestados	(7.606)	(10.264)	2.658
Despesas administrativas e gerais	(2.344)	314	(2.658)
Efeito total	(9.950)	(9.950)	-

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) *Instrumentos financeiros*

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou VJR (valor justo através do resultado).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Esta escolha é feita por investimento individualmente.

(iii) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos.

(iv) Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(v) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou tenha sido designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(vi) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

(vii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(viii) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos de hedge.

b) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

(i) Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistema informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição deduzido da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

(ii) Direito de exploração de infraestrutura

O custo inclui as despesas que são diretamente atribuíveis à construção de infraestrutura e inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer outro custo diretamente atribuído para colocar esse ativo em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para o exercício corrente e comparativo é de 30 anos, conforme prazo do contrato de concessão.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercício comparativos são as seguintes:

Benfeitorias em imóveis de terceiros.....	30 anos
Móveis e utensílios.....	10 anos
Máquinas e equipamentos.....	10 anos
Equipamentos de informática.....	10 anos
Software.....	5 anos

Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

c) Redução do valor recuperável– Impairment

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio de resultado são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a Companhia não considera em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

d) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é mais provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f) Provisões de manutenção – Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição específica antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Na há intenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2024 e 2023 com relação a este assunto.

g) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

h) Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrem de diferenças temporárias representadas por despesas apropriadas ao resultado, entretanto, indedutíveis temporariamente.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende ao imposto de renda corrente reconhecido no resultado.

Na determinação do imposto de renda corrente a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda e no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseado em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada.

Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamento sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

i) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura – ICPC 01 (R1).

A infraestrutura, dentro do alcance de Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, não são registrados como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

j) Receita operacional

(i) Embarque e utilização do terminal

As receitas decorrentes de embarque e utilização do terminal são reconhecidas no exercício no qual os serviços são prestados.

(ii) Receita de aluguel

A receita de aluguel decorrente de contratos de locação com Companhias de transporte, lojas, e restaurantes localizados no terminal rodoviário é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

(iii) Serviços aos usuários

A receita de serviços prestados de guarda-volumes, estacionamento, utilização de sanitários e banho aos usuários do terminal rodoviário é reconhecida no resultado no momento que o serviço é prestado.

k) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas contábeis compreendem receitas de juros sobre aplicações contábeis, receitas com descontos obtidos, receitas com variações cambiais ativas e as variações monetárias ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas contábeis compreendem basicamente os juros, as variações cambiais passivas e as tarifas bancárias.

l) *Gerenciamento do risco financeiro*

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Companhia não possui um comitê específico de gerenciamento de risco. A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderências aos limites.

As políticas de risco e sistema de gerenciamento de riscos são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia. A administração não vê risco de crédito uma vez que as transações são realizadas com sua Matriz. Atualmente, o risco é oriundo das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras. Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitem captar recursos de forma e reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

(iv) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário e fundos de renda fixa.

4. NOVOS NORMATIVOS CONTÁBEIS

As seguintes normas ou alterações, emitidas e/ou revisadas pelo IASB, tiveram sua adoção para exercícios iniciados em, ou após, 1o de janeiro de 2024, e não causaram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) – Classificação de passivos em circulante e não circulante
- Alterações à IAS 7, CPC 03 (R2) e à IFRS 7/CPC 40 (R1) – Acordos de financiamento de fornecedores
- Alterações IFRS 16, CPC 06 – Passivo de arrendamento mercantil sales and leaseback

As seguintes normas entrarão em vigor a partir de 1o de janeiro de 2025. A administração está avaliando as alterações requeridas e não espera impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações IAS 21/CPC 02 (R3) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras.
- Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) Demonstrações financeiras consolidadas
- IFRS S1 e IFRS S2 - Dispõe sobre os requisitos para identificar, mensurar e divulgar informações sobre os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e com o clima, com base no padrão internacional emitido pelo International Sustainability Standards Board (ISSB)
- IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras

Não há outras normas, interpretações e alterações às normas que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas Demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim representados:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa	1	1
Bancos	1.021	145
Aplicações financeiras	1.849	462
Numerários em trânsito	114	109
	<u>2.985</u>	<u>717</u>

As aplicações financeiras são resgatáveis em um prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo essas aplicações renumeradas entre 100% e 98% do CDI. A Companhia mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis, mantendo essa modalidade com a taxa média de 2% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor.

6. CONTAS A RECEBER

a. *Composição dos saldos:*

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Locações e Clientes a receber	1.493	1.438
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(458)	(547)
	<u>1.035</u>	<u>891</u>
Circulante	<u>1.035</u>	<u>891</u>
Locações a receber	64	-
Não circulante	<u>64</u>	<u>-</u>

b. *Abertura por idade do contas a receber:*

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
A vencer	1.042	796
Vencidos de 1 a 30 dias	36	90
Vencidos de 31 a 120 dias	77	191
Vencidos de 121 a 180 dias	53	76
Vencidos acima de 181 dias	349	285
	<u>1.557</u>	<u>1.438</u>

c. *Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa*

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando, principalmente, os títulos vencidos há mais de seis meses. Os valores provisionados são considerados suficientes pela Administração para suprir as eventuais perdas da realização dos créditos e leva em conjunta a particularidade do negócio em sua determinação.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo em 1º de janeiro	(547)	(934)
Reversão (constituição)	<u>89</u>	<u>387</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u><u>(458)</u></u>	<u><u>(547)</u></u>

7. INTANGÍVEL LÍQUIDO

O saldo do ativo intangível correspondente, substancialmente, aos gastos relacionados à concessão para exploração da infraestrutura e apresentam as seguintes composições:

	<u>2023</u>	<u>2024</u>		
	Saldo	Adições	Baixas	Saldo
Custo				
Benfeitorias em imóveis de terceiros	44.382	309	-	44.691
Móveis e utensílios	541	33	-	574
Máquinas e equipamentos	5.216	195	-	5.411
Equipamentos de informática	720	9	-	729
Software	308	-	-	308
Obras em Andamento	176	278	-	454
Total custos	<u>51.343</u>	<u>824</u>	<u>-</u>	<u>52.167</u>
Amortização				
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(22.980)	(1.590)	-	(24.570)
Móveis e utensílios	(425)	(18)	-	(443)
Máquinas e equipamentos	(4.794)	(74)	-	(4.868)
Equipamentos de informática	(617)	(25)	-	(642)
Software	(154)	(39)	-	(193)
Total amortização	<u>(28.970)</u>	<u>(1.746)</u>	<u>-</u>	<u>(30.716)</u>
Total líquido	<u><u>22.373</u></u>	<u><u>(922)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>21.451</u></u>

	2022		2023	
	Saldo	Adições	Baixas	Saldo
Custo				
Benfeitorias em imóveis de terceiros	44.127	255	-	44.382
Móveis e utensílios	510	30	(1)	541
Máquinas e equipamentos	5.026	178	(12)	5.216
Equipamentos de informática	617	67	(36)	720
Software	300	8	-	308
Obras em Andamento	-	555	(379)	176
Total custos	50.580	1.093	(428)	51.343
Amortização				
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(21.404)	(1.576)	-	(22.980)
Móveis e utensílios	(410)	(15)	-	(425)
Máquinas e equipamentos	(4.705)	(89)	-	(4.794)
Equipamentos de informática	(596)	(21)	-	(617)
Software	(116)	(38)	-	(154)
Total amortização	(27.231)	(1.739)	-	(28.970)
Total líquido	23.349	(646)	(428)	22.373

Em função do contrato de concessão do Terminal Rodoviário firmado pela Companhia, o ativo intangível é registrado correspondendo ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão.

A interpretação técnica ICPC 01 “Contratos de Concessão” emitida pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contrato de concessão, e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo de concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras (i) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos.

O contrato de concessão firmado entre o Poder Concedente, sendo a Prefeitura de Campinas - SP, e a CTCR Concessionária do Terminal Rodoviário de Campinas S.A., denominada Concessionária, não prevê o reembolso financeiro dos investimentos efetuados na construção do Terminal Rodoviário. Diante disso, a Companhia não reconhece ativo financeiro decorrente do referido contrato de concessão.

Conforme descrito no contrato, o termo de compromisso firmado pela Companhia é a construção do terminal rodoviário, incluindo obras de infraestrutura, aquisição de mobiliário, máquinas e equipamentos, rede lógica, painéis eletrônicos, circuitos fechados de monitoramento – CFTV e outros itens que incorporam a infraestrutura do terminal. O valor global estimado é de R\$ 470.000 equivale à remuneração total do contrato de concessão durante o período de 30 anos.

Na cláusula sétima, parágrafo 17.1, do contrato de concessão foi determinado à reversão dos bens adquiridos ou construídos, incluindo instalações, equipamentos, sistemas, maquinários, móveis e utensílios, ao Poder Concedente no término do prazo do contrato de concessão.

O montante registrado no ativo intangível corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de utilização do terminal rodoviário. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, determinado pela cláusula sexta, parágrafo 16.1 do contrato de concessão, sendo de 30 anos, a amortização desse ativo intangível é realizada de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo e o benefício econômico esperado até o término da concessão.

Os itens que compõem a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Companhia, não podendo ser retirados, alienados, concedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente, que regulamenta a desvinculação de bens da concessão do Terminal Rodoviário, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Os ativos intangíveis com a vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar o impairment dos bens com a vida útil definida, em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a risco de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota explicativa nº 20.

	<u>Taxa</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	CDI + 3,54%	12.350	16.804
Total		<u>12.350</u>	<u>16.804</u>
Circulante		4.444	4.444
Não circulante		7.906	12.360
		<u>12.350</u>	<u>16.804</u>

Em 16 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou a contratação junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A – BANRISUL, no total de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) que serão amortizados em 54 (cinquenta e quatro) parcelas mensais e sucessivas através da Tabela SAC, tendo como o primeiro vencimento em 10/04/2023. A taxa de juros de 0,2900% (zero vírgula, cinquenta e quatro por cento) ao mês e correspondendo a 3,54% (três vírgula cinquenta e quatro por cento) ao ano.

a. Cláusulas restritivas (covenants)

Na falta de cumprimento de quaisquer das obrigações assumidas, de forma individual ou conjunta pelo emitente, avalista(s) e interveniente(s), que façam parte do contrato, ou no caso de ocorrência de qualquer das hipóteses enunciadas nos artigos 1.425 e 333 do Código Civil Brasileiro, poderá ser considerada vencidas as obrigações assumidas e ser exigido o total da dívida e execução das garantias, independente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

A Diretoria monitora constantemente os termos contratados, a fim de garantir que os compromissos assumidos estão sendo cumpridos pela Companhia.

As obrigações assumidas no instrumento firmado com o BANRISUL, exige além do pagamento total da dívida e a execução de garantias, independente de aviso a notificação judicial ou extrajudicial, ou ainda:

- i. Se não forem cumpridas quaisquer das obrigações ou prazos previstos no presente instrumento;
- ii. Se inadimplirem qualquer obrigação de quaisquer outros instrumentos firmados com o BANRISUL;
- iii. Se (a) pessoa jurídica, for declarada a recuperação judicial ou extrajudicial, (b) se pessoa física, tornarem-se insolventes;
- iv. Se sofrerem procedimento judicial ou extrajudicial que comprometam o cumprimento das obrigações assumidas no presente instrumento;
- v. Uma vez excedido o limite de crédito aberto ao (à) EMITENTE;
- vi. Se tiverem seus nomes inscritos no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos;
- vii. Ocorrer fato que possa das causas à diminuição do patrimônio, ou venha em desabono do conceito cadastral do (a) EMITENTE, tomando duvidoso o empreendimento ou a segurança de quaisquer das obrigações assumidas perante o BANRISUL;
- viii. Cisão, fusão ou, ainda, incorporação do (a) EMITENTE por outra companhia;
- ix. Alteração, direta ou indireta, do controle societário/acionário do (a) EMITENTE;
- x. Alteração ou modificação do objeto social disposto no Estatuto Social do (a) EMITENTE que altere substancialmente as suas atividades;
- xi. Redução de capital

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, todas as cláusulas, quantitativas e qualitativas, referente aos empréstimos foram integralmente cumpridas pela Companhia.

b. Garantias de cessão de direitos

Os empréstimos vigentes possuem como garantias o total dos recebíveis no período vigente do contrato (100% do total arrecadado, dos créditos futuros de que a Companhia é titular, oriundos da concessão de serviços públicos para operação, administração, manutenção, conservação e exploração econômica e comercial do Terminal Rodoviário de Campinas, conforme disposto no Termo de Contrato nº 13/2007).

c. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo em 1º de janeiro	16.804	26.019
(-) Pagamento do principal	(4.444)	(9.214)
(-) Pagamento de juros	(2.023)	(3.557)
Provisão de juros	2.013	3.556
Saldo de 31 de dezembro	<u><u>12.350</u></u>	<u><u>16.804</u></u>

d. Cronogramas de vencimentos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
2024	-	4.444
2025	4.444	4.444
2026 a 2027	7.906	7.916
	<u><u>12.350</u></u>	<u><u>16.804</u></u>

9. FORNECEDORES

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
		(reapresentado)
Fornecedores	156	388
	<u>156</u>	<u>388</u>

Os saldos a pagar a fornecedores não apresentam concentração e são representados por compras de materiais e equipamentos para construção do terminal rodoviário.

10. SALÁRIOS E ENCARGOS A RECOLHER

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
		(reapresentado)
Provisão de férias	216	226
Salários e ordenados a pagar	135	126
INSS sobre férias	65	66
INSS a recolher	63	60
FGTS sobre férias	17	18
FGTS a recolher	39	19
Empréstimos consignados	9	10
IRRF sobre a folha de pagamento	9	8
	<u>553</u>	<u>533</u>

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía 77 funcionários (75 em 31 de dezembro de 2023).

11. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
		(reapresentado)
ISSQN a recolher	110	95
PIS e COFINS a recolher	102	91
IRPJ a recolher	576	559
CSLL a recolher	213	203
Impostos retidos a recolher	41	26
<i>Parcelamentos de Impostos (a)</i>	1.567	2.260
	<u>2.609</u>	<u>3.234</u>
Circulante	1.878	1.781
Não circulante	731	1.453
	<u>2.609</u>	<u>3.234</u>

(a) Parcelamentos de Impostos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Parc. Nº 10830-406880/2021-48	391	578
Imposto de renda	247	478
PERT - Lei 13.496/17	415	467
IRPJ e CSLL Nº 004.941.895	266	313
Contribuição social	92	179
INSS - 2021	65	96
Cofins s/ faturamento	45	88
Pis s/ faturamento	10	19
Pis e Cofins Nº 004.940.079	36	42
	<u>1.567</u>	<u>2.260</u>

Os parcelamentos simplificado de Pis, Cofins, IRPJ e CSLL foram aderidos em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1.891/2019, tendo o saldo total sido parcelado em 60 (sessenta) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados à partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. (artigo 13 da lei 10.522, de 19 de julho de 2002).

O parcelamento simplificado do INSS foi aderido em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1.891/2019, tendo o saldo total sido parcelado em 32 (parcelas) vezes e acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. (artigo 13 da lei 10.522, de 19 de julho de 2002).

O Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) foi aderido em consonância com a LEI Federal nº 13.496/17, na qual a Companhia parcelou IRPJ de períodos anteriores tendo como o saldo total parcelado em 150 (parcelas) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente.

O cronograma previsto de vencimento das obrigações de parcelamentos a pagar está descrito a seguir:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
2024	-	807
2025	836	774
2026 a 2030	731	679
	<u>1.567</u>	<u>2.260</u>

12. PARTES RELACIONADAS

a. Transações com partes relacionadas no ativo

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativos		
L.I.V. Participações e Empreendimentos Ltda	-	1.088
Carlos de Moraes Toledo Participações Ltda.	-	1.088
SOCICAM - Administração, Projetos e Representações Ltda.	-	932
	<u>-</u>	<u>3.108</u>

Refere-se a mútuos com sócios e empresas ligadas, sem correção de juros e sem data prevista para liquidação. A Companhia não esperar ter perdas na realização desses ativos.

Conforme demonstrado no quadro acima, em 2024, a Companhia realizou quitação dos valores devidos mediante compensação com dividendos distribuídos.

b. Transações com partes relacionadas no passivo

Corresponde a saldo remanescente de dividendos a pagar, conforme movimentação demonstrada a seguir:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo em 1° de Janeiro	-	-
Antecipações de dividendos	6.408	6.868
Pagamento de dividendos	(6.408)	(6.868)
Dividendos mínimos obrigatórios	1.036	-
Saldo final de dividendos a pagar	<u>1.036</u>	<u>-</u>

c. Remuneração da Administração

Conforme o acordo entre as sócias quotistas, as remunerações aos dirigentes da Companhia são de responsabilidade de cada sócia, portanto nenhuma despesa e indenização a título de remuneração aos dirigentes foram reconhecidas pela Companhia.

d. *Custos de gerenciamento e Administração*

Mensalmente a Companhia remunera a quotista Socicam – Administração, Projetos e Representações Ltda., pela prestação de serviços e gerenciamento e administração nos seguintes montantes: 10% sobre o resultado operacional e 4% sobre a receita líquida. Os valores reconhecidos nos resultados dos exercícios referentes a essas despesas foram:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
SOCICAM - Administração, Projetos e Representações Ltda.	2.914	2.658
	<u>2.914</u>	<u>2.658</u>

e. *Controladora*

A Companhia é controlada em conjunto por suas sócias L.I.V. Participações e Empreendimentos Ltda., Carlos de Moraes Toledo Participações Ltda. e a Socicam Administração, Projetos e Representações Ltda.

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Com base em análise das demandas judiciais pendentes quanto às ações cível, tributárias e trabalhistas, com base na avaliação de cada causa e experiência anterior referente às quantias reivindicadas, a Administração decidiu constituir provisão para as referidas causas, cujas perdas foram avaliadas por seus assessores jurídicos como prováveis, no montante de R\$ 140 (R\$ 359 em 2023), conforme demonstrado abaixo:

	<u>2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>2024</u>
Cível	102	-	(102)	-
Trabalhista	257	41	(158)	140
	<u>359</u>	<u>41</u>	<u>(260)</u>	<u>140</u>
	<u>2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>2023</u>
Cível	8	102	(8)	102
Trabalhista	284	109	(136)	257
	<u>292</u>	<u>211</u>	<u>(144)</u>	<u>359</u>

As ações em curso em 31 de dezembro de 2024, que possuem o risco de perda classificado como possível totalizam R\$ 1.068 (R\$ 433 em 31 de dezembro de 2023). Nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está representado por 4.875.000 ações, com o valor nominal de R\$ 1,00 por ação, no montante de R\$ 4.875.

As ações correspondentes a cada sócia são representadas abaixo:

	Quotas (em milhares)	
	2024	%
L.I.V. Participações e Empreendimentos Ltda.	1.707	35
Carlos de Moraes Toledo Participações Ltda.	1.707	35
SOCICAM - Administração, Projetos e Representações Ltda.	1.461	30
	4.875	100

Dividendos

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, 25% do lucro anual deve ser destinado a título de dividendos a distribuir aos seus acionistas. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 este montante foi de R\$ 1.036 (R\$ 1.717 em 2023), respectivamente, conforme segue:

	Valores
Resultado do exercício	10.552
(-) constituição da reserva legal	-
(-) antecipações de dividendos	(6.408)
Lucro líquido ajustado	4.144
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	25%
	1.036

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi aprovado pelos sócios a distribuição de dividendos adicionais (desproporcionais) no montante de R\$6.408, os quais foram distribuídos e abatidos do resultado do exercício.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 2024 e 2023 referida reserva não foi constituída pelo fato de a Companhia ter atingido seu limite de acordo com as regras vigentes.

c. Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei Sociedade por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção da parcela do lucro excedente a compensação de prejuízos, constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO/E – Assembléia Geral Ordinária/Extraordinária.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO

O cálculo das despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado pela alíquota combinada é demonstrado como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	27.661	26.019
Alíquota fiscal combinada	<u>32%</u>	<u>32%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	<u>(8.852)</u>	<u>(8.326)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(3.049)</u>	<u>(2.832)</u>
Débitos remanescentes de IRPJ e C.S a pagar	<u>789</u>	<u>762</u>
Taxa efetiva	-11%	-11%

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Receita bruta</u>		
Embarque e utilização do terminal	18.205	16.846
Locações	7.156	7.067
Serviços a usuários	2.111	2.054
Cartões e recargas	1	1
Ordens de serviços	4	12
Outras	235	87
	<u>27.712</u>	<u>26.067</u>
<u>Abatimentos</u>		
(-) Impostos sobre a prestação de serviços	(2.029)	(1.896)
(-) Serviços cancelados	<u>(50)</u>	<u>(48)</u>
	<u>(2.079)</u>	<u>(1.944)</u>
Receita operacional líquida	<u>25.633</u>	<u>24.123</u>

Embarque e utilização do terminal

São valores cobrados dos usuários para embarque no terminal rodoviário. São três tipos de tarifas: curta distância, longa distância (regulamentadas e com valores calculados pela ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado) e Federal (regulamentada e com valores calculados pela ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres).

Locações

São valores oriundos de contratos de locação dos boxes do terminal rodoviário. São lojas de artigos diversos, serviços e alimentação. Estão previstas no Contrato de Concessão e são administradas pela Companhia.

Serviços a usuários

São serviços oferecidos a usuários do terminal rodoviário, como uso de sanitário, banho, estacionamento, guarda-volume, cartões telefônicos e recarga de telefones celulares. Tem sua regulamentação pelo Poder Concedente da Concessão do Terminal e o valor determinado pela Companhia.

17. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre os custos dos serviços prestados por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	<u>2024</u>	<u>2023</u> (reapresentado)
Salários e ordenados	(1.938)	(2.033)
Amortização e depreciação	(1.745)	(1.741)
Serviços públicos	(1.171)	(1.252)
Serviços contratados	(1.300)	(1.178)
Gerenciamento e administração	(2.914)	(2.658)
Outros custos com colaboradores	(584)	(519)
Férias e 13º salário	(517)	(529)
Outorga, taxas e participações	(554)	(521)
Outros custos	705	167
	<u>(10.018)</u>	<u>(10.264)</u>

Os custos de operação da Companhia referem-se basicamente a custos fixos. Por esse motivo, mesmo com o expressivo aumento nas receitas durante o exercício corrente, os custos da Companhia não sofreram grandes oscilações.

18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre as despesas administrativas e gerais por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	<u>2024</u>	<u>2023</u> (reapresentado)
Despesas gerais	(6)	(5)
Despesas com crédito de liquidação duvidosa	89	387
Outras provisões	220	(68)
	<u>303</u>	<u>314</u>

19. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Receita de juros	58	61
Receita de aplicações financeiras	92	34
	<u>150</u>	<u>95</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos	(2.023)	(3.557)
Descontos concedidos a clientes	(65)	(104)
Despesas bancárias	(23)	(17)
Outras despesas financeiras	(357)	(247)
	<u>(2.468)</u>	<u>(3.925)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(2.318)</u>	<u>(3.830)</u>

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Identificação

Os ativos e passivos financeiros relevantes da Companhia são: Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, empréstimos e financiamentos e Fornecedores a pagar.

b) Classificação

Conforme definição do Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9, os instrumentos financeiros relevantes da Empresa são classificados entre ativos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado e passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado se aproximam, substancialmente, do valor justo., vide o quadro a seguir:

c) Hierarquia dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os ativos e passivos contabilizados a valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercado ativo para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: informações, além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis pelo mercado para ativos ou passivos, seja diretamente (preço) ou indiretamente (derivados do preço).

Nível 3: informações para ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (premissas não observáveis).

A Administração entende que todos os instrumentos financeiros estão classificados no nível 2. Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como níveis 1 e 3 durante o período em análise, e que não ocorreram transferências relevantes de níveis para esse mesmo período.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia referentes ao exercício remanescente do balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	31/12/2024		
	Menos de 1 ano	Mais de um ano	Total
Ativos			
Aplicações financeiras	1.849	-	1.849
Contas a receber	1.035	64	1.099
	2.884	64	2.948
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	4.444	7.906	12.350
Fornecedores	156	-	156
	4.600	7.906	12.506

	31/12/2023		
	Menos de 1 ano	Mais de um ano	Total
Ativos			
Aplicações financeiras	462	-	462
Contas a receber	891	-	891
	1.353	-	1.353
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	4.444	12.360	16.804
Fornecedores	388	-	388
	4.832	12.360	17.192

d) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário e fundos de renda fixa.

Em 31 de dezembro de 2024, o principal risco de mercado, relacionado a taxas de juros, originado por instrumentos financeiros da Companhia, é relativo às aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, e é referente à queda ou aumento nas taxas CDI e Selic. O quadro demonstrativo da análise de sensibilidade é demonstrado a seguir:

Operação	Risco	Receita financeira		
		Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	Queda nas taxas CDI e Selic	277	208	139

Operação	Risco	Despesa financeira		
		Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Empréstimos e financiamentos	Alta nas taxas CDI e Selic	1.853	2.316	2.779

Cenário Provável: Considera que as taxas CDI e Selic permanecerão estáveis (15,00% a.a.)

Cenário II: Considera uma deterioração de 25% em relação ao cenário provável.

Cenário III: Considera uma deterioração de 50% em relação ao cenário provável.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existiam riscos de mercado relacionados a taxas de câmbio, originado por instrumentos financeiros da Companhia.

21. COMPROMISSOS VINCULADOS A CONTRATOS DE CONCESSÃO

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 2% do faturamento bruto efetivamente obtido mensalmente advindo da exploração do terminal rodoviário de Campinas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Os valores estão registrados no grupo de custos de serviços prestados (nota explicativa nº 17).

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Administração da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos.

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros considerando a natureza de sua atividade, assim como mantêm cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros.

As premissas de risco adotadas e suas respectivas coberturas dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de publicação destas demonstrações financeiras, não ocorreram eventos subsequentes significativos na Companhia, que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 - Eventos Subsequentes.

Membros da Administração

Leandro Antônio Grisi
Diretor Presidente

Rodrigo Fernandes de Toledo
Diretor

Eduardo Buzam Júnior
Contador
CRC 1SP243887/O-3

* * *